

Um projeto-piloto de incentivo ao parto normal vai ser implantado em 20 hospitais privados de todo o país. Os hospitais e as operadoras de planos de saúde interessados têm até o dia 11 de março para aderir ao projeto e até o dia 24 será divulgada a lista dos selecionados. O objetivo é incentivar a redução de cesáreas desnecessárias, que atualmente chegam a 84% dos partos, segundo o Ministério da Saúde.

O tema foi discutido ontem (25) pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) com mais de 130 representantes de hospitais e operadoras de planos de saúde. O trabalho é uma parceria entre a ANS, o Hospital Israelita Albert Einstein e o Institute for Healthcare Improvement.

O projeto vai utilizar três modelos de atendimento: o parto feito por uma equipe de plantonistas, por enfermeiras obstetras e por uma equipe de médicos que se reveza na atenção pré-natal. Cada hospital escolhe o modelo que mais se adequar à sua realidade e também pode propor outras estratégias.

De acordo com a presidenta interina da ANS, Martha Oliveira, a questão vem sendo estudada desde 2005, mas sempre focando em apenas uma parte da cadeia do procedimento, como o aumento da remuneração para partos normais, o que não resolve o problema. Ela explica que, pela primeira vez, serão trabalhados todos os elementos que o parto envolve.

“A proposta é dar informação qualificada à mulher sobre o que significa o parto normal e a cesária; é a gente poder treinar e qualificar; reorganizar a prestação do serviço médico de saúde; poder aprimorar e trabalhar cada vez mais com equipe multiprofissional, com médico e enfermeira; é a gente reorganizar a prestação de serviços dos hospitais, porque hoje esses hospitais se prepararam e se organizaram para oferecer o serviço de cesariana”, detalhou Martha.

A coordenadora da maternidade do Albert Einstein, Rita Sanchez, explica que o projeto vai discutir o treinamento dos profissionais e o financiamento do modelo, já que é necessária uma readequação da estrutura dos hospitais mais acostumados a fazer cesarianas, que exigem duas ou três horas de centro cirúrgico, com hora marcada, [menos] do que um trabalho de parto normal, que pode demandar de 12 a 15 horas de atenção médica.

“A gente vai ter que [contratar] mais enfermagem para cuidar das pacientes, um plantonista para ficar lá enquanto o médico escolhido não vem. O segundo braço é o treinamento das equipes, porque se nós estamos fazendo 84% de cesarianas no setor privado, o pessoal está mais treinado para fazer esse tipo de parto do que o normal. Então, a gente vai treinar novamente todo mundo e definir as diretrizes a serem utilizadas para se conseguir o parto normal”, disse Rita.

Na rede pública, o índice de cesáreas está em torno de 40%. O ministério lembra que a cesariana sem indicação médica aumenta em 120 vezes a probabilidade de problemas respiratórios para o recém-nascido e triplica o risco de morte da mãe.

A recomendação da Organização Mundial da Saúde é que até 15% dos partos sejam cesárias. Rita diz, no entanto, que esse indicador é antigo, e a comunidade médica tem apontado que 30% de cesáreas com indicação correta seriam o mais adequado. Esse é o percentual alcançado por países como os Estados Unidos. A médica ressalta que é preciso mudança de cultura, tanto dos médicos quanto das pacientes, para reduzir o número desse tipo de parto no país.

“O médico não pode deixar a paciente com medo. Se ele tiver mais segurança de fazer parto normal, vai conduzir para o parto normal. Ele tem que esclarecer à paciente que ela não terá muita dor, porque tem analgesia. Existe também uma coisa de comodidade, tanto da paciente quanto do médico. A gente tem muitas executivas que querem saber a data certinha porque tem projetos, têm uma série de coisas. Então, isso foi aumentando ao longo de décadas, até começar essa movimentação por parto normal de novo”, acrescentou.

O número de partos normais no Brasil ainda é baixo, mas cresceu cerca de 20% de 2011 para 2012, considerando partos por planos e seguros de saúde. Essa expansão reflete diretamente o apoio das operadoras associadas às políticas de incentivo ao parto normal. Existe, inclusive, um Guia da Gestante, lançado no ano passado, que traz 46 perguntas e respostas sobre contratação do plano de saúde, coberturas, gestação, tipos de parto e nascimento do bebê.

Fonte: [Agência Brasil](#), em 26.02.2015.